

A VIDA NOS SUBÚRBIOS: MEMÓRIAS DE UMA OUTRA BELO HORIZONTE*

Maria Marta Martins de Araújo
Fundação João Pinheiro

RESUMO

Em 1993, coordenei os trabalhos de pesquisa histórica do Inventário do Patrimônio Cultural realizado pelo Departamento de Patrimônio Histórico de Belo Horizonte. Iniciamos o trabalho através da rua da Bahia e depois partimos para atuar em três frentes: Lagoinha, Floresta e no bairro Primeiro de Maio. As reflexões que apresento neste artigo são frutos dessa experiência no campo mais propriamente dito da preservação e da memória. O texto defende duas posições: as possibilidades oferecidas por uma história de Belo Horizonte a partir da trajetória de seus espaços, particularmente de seus bairros populares, e uma política mais ampla de preservação que trabalhe com esses mesmos universos identitários.

Em 1896, Francisco Bicalho, engenheiro que substituiu Aarão Reis na chefia da Comissão Construtora, em relatório ao governador de Minas, justificava a quantia gasta, até aquele momento, com a construção da nova capital, como o mais inteligente sacrifício do Estado para o desenvolvimento material e elevação intelectual de seus filhos que, segundo ele, ainda não conheciam bem, pelo menos no interior, as exigências da civilização moderna:

A ignorância do que a vida pode ter de confortável, o hábito de contentar-se com pouco, a modéstia de costumes, a resignação e frugalidade de árabe, en-

fim, são contrários ao desenvolvimento da riqueza. A Nova Capital vai forçosamente irradiar benéfica luz por todo o Estado, mostrando que os gozos sociais não se coadunam com a simplicidade patriarcal da vida mineira e, ao despertar louváveis ambições, instigará o trabalho, as indústrias, a lavoura, o comércio, a necessidade de relações de toda a sorte e, em última análise, o desenvolvimento da produção e da riqueza geral. (Minas Gerais-CCNC, 1896, s/p.)

* Esse artigo é uma versão revisada do texto apresentado no simpósio "Belo Horizonte: tempo, espaço e memória", promovido pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Belo Horizonte, 23 a 25 de abril de 1997).

Esse trecho de Francisco Bicalho é bastante revelador das funções concretas e simbólicas do empreendimento da Nova Capital. Ela deveria ser, principalmente, um incremento para as atividades industriais e comerciais – para o desenvolvimento da riqueza – e um instrumento pedagógico no sentido de incutir novos hábitos urbanos. Essa percepção dos idealizadores de Belo Horizonte, políticos e técnicos, já vem sendo trabalhada pelos historiadores há bastante tempo. Todavia, gostaria de desenvolver um ponto que emerge da fala de Francisco Bicalho: a visão de que a cidade era, sobretudo, uma *promessa*, algo capaz de “despertar louváveis ambições” e sonhos de riqueza nos que aqui chegassem.

Todo esse preâmbulo foi para introduzir um tema, que não é novo, mas que merece ser melhor investigado pelos pesquisadores de Belo Horizonte: uma história da cidade a partir da ótica daqueles que não vieram para cá transferidos, como os funcionários públicos de Ouro Preto, mas com sonhos de ascensão social, seduzidos pela utopia da cidade moderna, tão bem descrita pelo nosso engenheiro chefe.

Entretanto, é preciso delimitar ainda mais esses sujeitos. Na verdade, o interesse recai sobre os que vieram para a cidade e se instalaram nos subúrbios da Nova Capital. Alguns com condi-

ções de adquirir propriedade, outros apenas com o saber de um ofício.

“Os ares da cidade libertam!” Esse velho aforismo, criado pelos camponeses da Alemanha pré-moderna, poderia ser retomado para falar dos anseios desses migrantes do início do século que aportaram na Nova Capital. Assim como naqueles tempos, a cidade, a capital moderna, pretendia materializar uma nova era em oposição aos vínculos fechados e rígidos, nesse caso, de um passado escravista e colonial. Do mesmo modo que para aqueles mesmos camponeses alemães:

Quebrar tais vínculos e alcançar a cidade, entendida como espaço libertador e promessa de salvação, era uma aspiração radical. Nela estariam contidas uma ambicionada autonomia individual e a livre afirmação pessoal. Por ela se garantia e dava forma ao desejo de se tornar outro. Antecipava-se o tempo, mudava-se de lugar, enfim, construía-se uma nova identidade. (Fortuna, 1997, p. 127)

Segundo o Padre Martins, Aarão Reis, o primeiro engenheiro chefe da Comissão Construtora, não queria na Nova Capital nenhum dos habitantes do antigo povoado de Belo Horizonte. Era preciso construir uma outra cidade, sem os males e vícios de uma cultura formada por hábitos simples e pouco civilizados. Pode-se dizer que começou aí toda uma série de restrições à ocu-

pação dos espaços da cidade. As primeiras décadas de Belo Horizonte são bastante ricas no que se refere às tentativas de ordenamento. Os interditos tornaram-se cada vez mais explícitos nas normas e nas leis, expressas em seu código de posturas, e assumiram muitas vezes um caráter bastante repressivo, sobretudo através da atuação policial.

A cidade aberta à livre afirmação dos indivíduos não tinha espaço para os “aventureiros”, para os que nada possuíam e que, portanto, nada tinham a perder. Através da leitura dos documentos da Comissão Construtora e da análise do plano original de Belo Horizonte, fica evidente que estavam excluídos desse projeto os pobres em geral. “Os operários estrangeiros que trabalharam na construção da cidade, terminadas as obras, recebiam das autoridades policiais passes para saírem da cidade”. (Araújo, 1988)

Diversos estudos demonstram que a evolução histórica e o processo de ocupação de Belo Horizonte contrariaram em diversos aspectos o plano original concebido pela Comissão Construtora da Nova Capital (Ver: Le Ven, 1977; Guimarães, 1991 e Julião, 1992). Seu traçado geométrico, de tamanho prefixado, ordenado e funcional, não previu, dentre outras coisas, espaços e moradias para operários. Em de-

corrência disso, a cidade passou a conviver, desde os seus primeiros anos, com favelas, loteamentos clandestinos e habitações improvisadas. Com uma população bem superior à da zona urbana, a periferia foi crescendo e acumulando problemas de infraestrutura.

Dada a exiguidade do prazo para a sua construção, quatro anos, parte deles gastos em estudos e levantamentos, Belo Horizonte foi inaugurada, em 1897, de forma precária, com obras inacabadas e serviços a serem contratados. Destacavam-se na paisagem algumas construções de maior porte, edifícios públicos e residências, e o traçado das ruas ainda sem pavimentação. As largas ruas e avenidas, nos moldes dos cânones europeus, vistas em perspectiva, impressionaram os primeiros visitantes da Nova Capital.

Segundo Walter Benjamin:

O ideal urbanístico de Haussmann eram as visões em perspectiva através de longas séries de ruas. Isso corresponde à tendência que sempre de novo se pode observar no século XIX, no sentido de enobrecer necessidades técnicas fazendo delas objetivos artísticos. As instituições da dominação laica deveriam encontrar a sua apoteose no traçado das avenidas: antes de serem inauguradas eram recobertas por uma lona e depois descobertas como monumentos. (Benjamin, 1985, p. 41)

A Belo Horizonte de seus idealizadores é plena de elementos

oníricos nos quais a técnica e a arte se harmonizam, mas não sobrevivem ao despertar amargo da realidade. Com um ritmo bastante acelerado de crescimento, a cidade surpreendeu a todos, principalmente a seus planejadores e administradores. A cada dez anos, era quase uma nova cidade que surgia, acumulando ainda mais o déficit de serviços básicos.

Na imprensa, as reclamações dos moradores de bairros que começavam a se tornar populosos, como Floresta, Lagoinha e Calafate, eram constantes e colocavam a nu um quadro amplo de carências: falta de água, de esgotos, de energia elétrica, de transporte coletivo e de pavimentação das ruas.

A falta de saneamento básico nos subúrbios era apontada pelos jornalistas da época como a pior ameaça à cidade higiênica e salubre. Não são poucas as referências às águas estagnadas e aos odores que exalavam das ruas.

O Barro Preto, bairro de perfil operário desde o início da ocupação da cidade, era um dos mais deficientes em termos de infraestrutura urbana. Para se ter uma idéia da precariedade das condições sanitárias do bairro, até 1909 ele foi responsável pela maior taxa de mortalidade infantil da cidade, em decorrência da gastroenterite, causada pelo uso de águas infectadas do ribeirão Arrudas.

Em suas reivindicações, os moradores não queriam nada mais do que lhes era prometido pela Nova Capital: “O conforto e demais exigências da civilização moderna”. Organizados através de associações, os moradores chegavam a condicionar o pagamento do imposto predial ao fornecimento desses serviços, principalmente à ligação de água. Diante de um poder público injusto e ineficiente, pois taxava a população de forma indiscriminada, sem distinguir os bairros servidos pelos equipamentos coletivos daqueles completamente desprovidos de infraestrutura, foram-se criando grupos e fortalecendo-se identidades. A vivência comum dos problemas levava os moradores a serem mais solidários, tornando mais fortes os laços de vizinhança e de amizade.

Historiadores como George Rudé, Edward Thompson e outros, que se dedicaram ao estudo do protesto popular, detectaram a presença, em diversos movimentos, de uma espécie de “noção legitimadora do direito”, ou seja, de um arsenal simbólico capaz de levar à revolta e à indignação quando direitos básicos e tradicionalmente aceitos não são respeitados (ver Pamplona, 1996). No caso de Belo Horizonte, a utopia da cidade moderna funcionava também como um recurso ideológico à disposição dos que se sentiam excluídos.

Sob a ótica do embate entre população e poder público, podemos ir contando a história desses e de outros bairros que foram surgindo em Belo Horizonte. Entretanto, o que aparece como o mesmo desdobra-se em mil possibilidades. As trajetórias são diferentes e cada lugar tem a sua própria história. A Lagoinha e a Floresta estavam ali uma do lado da outra; e como eram diferentes e como ainda são diferentes! Elas são o resultado de um universo de práticas partilhadas e da intervenção de uma série de elementos: profissionais, culturais, religiosos, originários dos diversos grupos que as compõem.

As pesquisas sobre a história do bairro da Lagoinha mostram a convivência de diversas facetas, a Lagoinha da vida boêmia, das famílias católicas e frequentadoras da Igreja Nossa Senhora da Conceição, dos ambulantes e prestadores de serviços, das lojas de móveis antigos.

Nos primeiros anos da Capital, uma parte da Floresta, ocupada por belas chácaras, fazia com que o bairro fosse considerado o mais pitoresco e salubre de Belo Horizonte, passeio obrigatório para os visitantes e namorados, pois permitia uma visão panorâmica das largas avenidas e dos edifícios mais importantes. Uma outra, mais densamente ocupada, permitia a con-

vivência entre operários e pessoas de maior posse, reproduzindo em seu microcosmo a vida de uma pequena cidade do interior.

Na verdade, não se pode esquecer que Belo Horizonte foi construída por imigrantes, muitos deles vindos do interior das Minas Gerais, de lugares não muito diferentes do velho arraial do Belo Horizonte. Assim, a Nova Capital foi se transformando, estranhamente, numa cidade moderna, de gente moderna, mas de costumes provincianos.

Nas suas viagens à cidade, ainda nos anos 40, a escritora Raquel Jardim intrigava-se: como uma cidade de “mentalidade totalmente provinciana” dava ao mundo tantos escritores modernistas?

Andando pelas ruas, pela Praça da Liberdade, Avenida Afonso Pena, eu entendia porquê. Havia uma coisa no ar (...) uma civilização interior, vinda não sei de onde, de ancestrais remotos. Porque, se a cidade era nova, o povo tinha vindo de longe, de outras cidades, de muitas gerações. (Jardim, 1985, p. 62-63)

Em 1960, mais da metade dos moradores da cidade não era nascida em Belo Horizonte; dessas pessoas, 67% vinham das áreas rurais do estado (Plambel, 1974). A mescla resultante de todo esse movimento deu à cidade e aos seus bairros contornos diferentes e inusitados.

As revistas ilustradas que

pontearam as primeiras décadas da cidade exibiam, orgulhosas, “flagrantes” e “instantâneos” dos transeuntes, a passo acelerado, nas ruas do centro. Em muitas dessas imagens visualiza-se uma gente aflita, principalmente na rua da Bahia com avenida Afonso Pena, correndo para não perder o bonde ou para não ser atropelada pelos poucos automóveis de Belo Horizonte (Dentre outras: **A Vida Mineira, Revista de Minas, Vita, Vida de Minas e Tank**). Nos subúrbios a vida era outra, o tempo corria a passos mais lentos. O nosso contato com essas outras imagens só é possível, na maioria das vezes, através das recordações de seus antigos moradores, dos álbuns de família, de reminiscências nas quais se confundem diferentes cidades.

Pouco sabemos sobre os bairros de Belo Horizonte, mesmo aqueles que são tradicionais e que surgiram ainda nos primeiros anos da cidade, o próprio Barro Preto, o Calafate e outros. Às vezes, parece-me que vemos a história de Belo Horizonte, sentados em algum café ou confeitaria da rua da Bahia, numa espécie de saudosismo literário do que a cidade já foi e que já não é mais. Eu talvez seja a pessoa menos indicada para fazer uma crítica como essa, pois afinal desenvolvi todo um trabalho de inventário da história da rua da Bahia.

Contudo, e não digo isso de forma contraditória, a história de Belo Horizonte é também, e em muitos aspectos, a história dessa rua que exerceu no passado uma função clara de centralidade, sobretudo simbólica, atraindo para si as fantasias e anseios de diferentes gerações.

De uma certa forma, a redução de nossa escala de observação é sempre uma experiência reveladora de novos ângulos, de elementos que antes não pareciam importar. Entretanto, continuamos trabalhando sem desviar totalmente o nosso foco, falando talvez dos mesmos lugares de sempre. Pergunto-me: será que não estamos reproduzindo uma mesma história em função dos registros que temos em mão?

O modo como os indivíduos se relacionam com os lugares históricos e monumentos da cidade nos diz muito sobre o sentido que esses mesmos indivíduos dão ao seu próprio lugar no mundo contemporâneo.

Oposta às categorias de "real" ou de "racional", a percepção imaginativa ou fantasiosa do passado não alcançou nunca o estatuto ontologicamente mais autêntico que atribuímos ao "presente", no qual somos convidados a viver ou do "futuro", no qual somos aconselhados a ter fé. Marginalizados, o passado e a memória tornaram-se um risco. Por isso, pensar o passado é um risco. Recordar transporta-nos para outro tempo e, desse modo, para outro lugar. É nisto que reside o perigo da memória. Se o tempo é um lugar, o passado é uma ter-

ra distante e o nosso receio, uma fuga ao confronto com o outro. Esta, por sua vez, uma fuga ao encontro conosco próprios. (Fortuna, 1997, p. 139)

A memória é, portanto, a matéria-prima das identidades, da construção dos sujeitos. Mediadoras entre a estrutura social e a ação dos sujeitos, as identidades são construídas e reconstruídas em um processo dinâmico no qual se inter-relacionam espaço e tempo.

O espaço, da mesma forma que agrega e une as pessoas, é fator de distinção, impondo diferenças e qualificando os sujeitos. Entretanto, de forma relacional e interativa, os sujeitos, no seu cotidiano, alteram e manipulam os sentidos e significados dos lugares, criando estruturas afetivas, cognitivas e individuais. Cada espaço da cidade, uma edificação, uma rua ou um bairro é, sobretudo, um mundo especial e pleno de sensações, cuja identidade, assim como a identidade dos sujeitos, é uma construção histórica realizada a partir da experiência cotidiana.

Privilegiar certos lugares, enquanto "lugares de uma memória autorizada", significa também distinguir experiências, marcar diferenças sociais, definir o que importa e o que é residual. Apesar de termos ampliado os limites da história da cidade para fora da avenida do Contorno, muita coisa ainda está de fo-

ra. Uma exclusão que também se faz presente nas discussões em torno do que é a memória dessa cidade.

A partir do que foi exposto, é preciso desenvolver uma política de valorização dos espaços da cidade, procurando flexibilizar os critérios utilizados para determinar o que é esteticamente valioso e historicamente significativo, sobretudo levando em conta os interesses de grupos que são social, política e culturalmente diversos.

Quando em 1993 discutíamos, na Prefeitura de Belo Horizonte, uma proposta de inventário para a cidade, acreditávamos que as iniciativas de preservação deveriam contemplar a própria dinâmica de uma cidade planejada e de passado ainda recente. O inventário foi definido enquanto um trabalho sistemático de identificação, documentação, proteção e divulgação de informações referentes ao patrimônio cultural de Belo Horizonte. Tendo como recorte os bairros da cidade e partindo de uma noção ampliada de patrimônio, pretendia-se inventariar não apenas os bens culturais que se restringissem ao patrimônio edificado, mas também as fontes e informações que possibilitassem a compreensão dos modos de organização do espaço urbano, as diversidades de sua formação e evolução e as expressões culturais que lhe são constitutivas.

A idéia era criar um núcleo de pesquisa e de documentação. Além da pesquisa em arquivos e instituições, seria realizado um trabalho nos próprios bairros à procura de arquivos que, apesar de não estarem organizados, seriam essenciais, como arquivos de igrejas, associações, sedes de jornais de bairros e outros.

O inventário também tinha por objetivo a produção de fontes para a história dos bairros, principalmente através de registros fotográficos e da coleta de testemunhos orais.

A proposta era trabalhar não só com bairros antigos, mas também com bairros de ocupação recente, como o Primeiro de Maio. Tratava-se realmente de um desafio. Um levantamento inicial demonstrou que tínhamos poucas informações sobre o bairro Primeiro de Maio e que as fontes orais seriam fundamentais. Uma outra questão: como trabalhar a noção de patrimônio de forma a identificar, em um bair-

ro de urbanização precária e de baixo padrão construtivo, as marcas materiais de seu passado e de sua cultura?

Esse era um aspecto importante, pois as coisas materiais desempenham um papel de enorme relevância. Através dos elementos físicos, os indivíduos e grupos sociais identificam os fenômenos, suas relações e suas instituições. Com um olhar mais atento e através dos depoimentos dos moradores, foi possível identificar esses elementos, que tinham por função estreitar os laços sociais e eram referências para a comunidade: passagens, pontos de encontro, etc.

A principal conclusão à qual chego é a de que esse é um trabalho importante e possível de ser realizado, todavia necessita de um envolvimento maior dos diversos órgãos da administração pública e dos setores sociais em torno de uma metodologia e de objetivos comuns.

Nos últimos anos, uma história dos bairros de Belo Horizonte tem sido escrita de forma dispersa e improvisada. O interesse nesse tipo de história, ou nessa busca de identidade, tem levado as associações de bairro, escolas e demais entidades a produzirem um material bastante rico em termos de fotos, textos e entrevistas. Sob a coordenação do poder público, principalmente a partir das escolas, poderia ser realizado um trabalho mais sistemático de produção de registros.

Paralelamente ao centenário da cidade, vivemos um momento de maior interesse na memória e produção de histórias locais. Todo esse processo tem uma conotação política clara: trata-se da busca permanente e criadora das identidades e, nesse campo, nada é desprezível se está em consonância com os anseios sociais.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, M. Marta M. **Vivências e conflitos: a organização policial em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 1988. (mimeo).
- BARRETO, Abílio. **Memória histórica e descritiva de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. 2v.
- BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, Flávio R. (org.) **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1985.
- DIAS, Francisco Martins. **Traços históricos e descritivos de Bello Horizonte**. Belo Horizonte: Typ. do Belo Horizonte, 1897.
- FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades. Narrativas, patrimônios e memórias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 33, p.127-141, fev. 1997.
- GUIMARÃES, Berenice M. **Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991 (Tese, Doutorado em Sociologia).
- JARDIM, Raquel. **Os anos 40**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.
- JULIÃO, Leticia. **Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)**. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 1992. (Dissertação, Mestrado em Ciência Política)
- LE VEM, Michael Marie. **As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914)**. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 1977. (Dissertação, Mestrado em Ciência Política)
- MINAS GERAIS-CCNC. Relatório. Belo Horizonte, 1896.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de M. (coord.) **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR-PBH, 1994.
- PAMPLONA, Marco A. A historiografia sobre o protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 215-238, 1996.
- PLAMBEL. O desenvolvimento econômico e social da Região Metropolitana de Belo Horizonte – v. 1. Belo Horizonte, 1974.
- SOMARRIBA, Maria das Mercês. **Reivindicações urbanas em Belo Horizonte e a política**. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 1991. (Tese, Livre-Docência em Sociologia)
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.